

TST

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2021



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO II DO ATO TST.SEAUD.GP Nº 479, DE 9/12/2020
Publicado no Boletim Interno nº 49, de 11/12/2020.

PLANO ANUAL DE AUDITORIA DA SECRETARIA DE AUDITORIA
EXERCÍCIO 2021

IV. Necessidades de Capacitação

A Resolução CNJ nº 309/2020, nos arts. 69 a 72, e o Ato SEAUD nº 317/2020, no art. 8º, preveem a apresentação do Plano Anual de Capacitação de Auditoria, após a aprovação do PAA pela Presidência do Tribunal, o qual deve contemplar, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada servidor.

Nesse sentido, estimou-se o mínimo de 8 dias úteis de treinamento por servidor desta Secretaria, considerando as 7 horas diárias da jornada de trabalho, totalizando assim 56 horas de capacitação para cada servidor, em atendimento ao que preconiza o art. 72 da Resolução CNJ nº 309/2020. Ressalta-se que esses dias serão computados além dos dias despendidos na execução das atividades do PAA 2021.

Para a elaboração do Plano, serão considerados os temas ou processos auditáveis previstos no PAA 2021 e os conhecimentos específicos necessários para a execução dos trabalhos, além do mapeamento das competências técnicas e gerenciais da SEAUD realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas/SEGPEs.

Diante dessas informações, apresenta-se, na tabela abaixo, a necessidade de capacitação dos servidores da SEAUD para a execução do PAA 2021.

Tabela 4 – Conhecimentos específicos e necessidade de capacitação para a execução dos trabalhos de auditoria de 2021.

Nº	Processo Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação
1	Transparência da Prestação de Contas de Forma Contínua.	Lei Complementar 101/2000 – LRF; Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação; Lei 8.112/1990 e legislação correlata; Lei 8.666/1993 e legislação correlata; Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Instrução Normativa TCU 84/2020; e Decisões Normativas do TCU.	-
2	Prestação de Contas Anual.	Lei Complementar 101/2000; Lei 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª Edição; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público.	<ul style="list-style-type: none">o Contabilidade Pública – NBCASP e MCASP;o Siafi – Operacional, Web e Tesouro Gerencial;o Elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e análise das contas e demonstrativos contábeis;o Administração Financeira e Orçamentária.
3	Gestão da Funpresp-Jud.	Lei complementar 109/2001; Lei 12.618/2012; Portaria MPS PREVIC 559/2013; e Resolução STF 496/2012.	-
4	Contabilização dos Recursos Próprios do Programa de Assistência à Saúde - TST-Saúde.	Normas Brasileiras de Contabilidade; Resolução CFC 1.374/2011; e Ato do Conselho Deliberativo do TST-Saúde 12/2009.	-
5	Consignações na Folha de Pagamento do TST.	Lei 8.112/1990; Lei 10.887/2004 - PSS; Lei 9.250/1995 – IRPF; Instrução Normativa RFB 1.500/2014; e Ato TST 363/2009.	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Processo Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação
6	Variações no Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão na Folha de Pagamento do TST.	Lei 8.112/1990; Lei 11.416/2006; Lei 13.317/2016; Lei 13.752/2018; e Portaria ME 914/2020.	-
7	Concessão e Pagamento de Férias na Folha de Pagamento do TST.	Lei 8.112/1990; e Ato 590/2013.	-
8	Atos de Pessoal Sujeitos a Registro no TCU.	Regras constitucionais e legais relativas a aposentadoria e pensão; Lei 8.112/90; Legislação sobre vantagens remuneratórias de magistrados e servidores; e Direito Previdenciário.	<ul style="list-style-type: none">o Direito Previdenciário;o Atualização em Legislação e Prática de Pessoal.
9	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000.	Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	<ul style="list-style-type: none">o Contabilidade Pública – MDF e MCASP;o Siafi – Operacional, Web e Tesouro Gerencial.
10	Diligências do Tribunal de Contas da União.	Legislação de Pessoal; Lei 8.666/93; e Ferramentas informatizadas para emissão de relatórios.	Sistema BO
11	Gestão dos Bens Intangíveis do Patrimônio do TST.	Manual do SIAFI - Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens para a Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); NBC TSP 08 – Ativo Intangível.	<ul style="list-style-type: none">o Contabilidade Pública – NBCASP e MCASP;o Siafi – Operacional, Web e Tesouro Gerencial.
12	Política de Acessibilidade.	Resolução CNJ 230/2016; Acórdão 2430/2016-Plenário TCU; e Ato GDGSET.GP 559/2011.	-
13	Plano Anual de Contratações.	Resolução CNJ nº 347/2020 e Ato TST.GP nº 390/2020.	-
14	Alterações dos Contratos de Mão de Obra Residente.	Lei 8.666/93; Ato TST.GP nº 390/2020; Súmula nº 331 do TST; Conceitos de Contabilidade Pública; e Edição de planilhas no Excel.	<ul style="list-style-type: none">o Contabilidade Pública – NBCASP e MCASP.
15	Pagamentos de Aquisições e Contratos.	Lei 8.666/93; Ato TST.GP 390/2020; IN SRF 1.234/2012; e Conceitos de Contabilidade Pública.	<ul style="list-style-type: none">o Contabilidade Pública – NBCASP e MCASP.
16	Contingenciamento de Recursos dos Contratos de Mão de Obra Residente.	Resolução CNJ 169/2013 e suas alterações; Ato TST.GP 390/2020; e Formulação e edição de Planilhas Excel.	-
17	Gestão de Continuidade de Negócio de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC.	Plano de Gestão de Riscos da Secretaria do TST; Cobit 2019; NBR ISO 22313; e NBR ISO/IEC 27002.	<ul style="list-style-type: none">o Curso de Segurança da Informação – ISSO 27001.
18	Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC.	Resolução CNJ 211/2015; Resolução Administrativa TST 1693 (Plano Estratégico do TST para o período de 2015 a 2020); PETIC TST 2015-2020; Seminários do Gartner e Cobit 2019.	-
19	Aquisições e Contratações de Soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC.	Resolução CNJ 182/2013; Ato TST.GP 116/2019; e IN ME 01/2019.	-
20	Consultoria Demandada pela Administração do TST.	Legislação de pessoal; Normas sobre governança e sistema de controle interno; Lei 8666/93; Legislação aplicada à TI; Legislação aplicada a gestão patrimonial; e Normas sobre governança e sistema de controle interno.	Será identificada de acordo com o trabalho de consultoria demandado.

Destaca-se que, regularmente, o TST oferece aos seus servidores ações e cursos de capacitação que contemplam atualização em direito constitucional, direito administrativo, língua portuguesa, redação e ferramentas de informática, que acabam por compor a capacitação dos servidores da SEAUD.

Ainda, diante da limitação dos gastos públicos de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016, o TST tem buscado soluções para manter o desenvolvimento de seus servidores, tais como parcerias com outros órgãos para realização de cursos a baixo custo ou sem ônus. Ademais, o CNJ e o TCU, este por meio do seu Instituto Serzedello Corrêa, têm oferecido ações de capacitação direcionadas aos servidores da área de auditoria interna, sem ônus para o Tribunal.

Ressalta-se que a necessidade de capacitação identificada é considerada prioritária para o desempenho das atribuições dos servidores da SEAUD e visam o desenvolvimento das áreas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

de auditoria interna em alinhamento com as boas práticas atualmente adotadas e a integração entre os órgãos.

Ademais, devido ao ingresso de novos servidores nesta Secretaria e à atualização frequente de normas, é necessário manter cursos para formação básica de auditores, conforme art. 69, § 2º, da Resolução CNJ 309/2020. São cursos de Auditoria Governamental; Normas Internacionais de Auditoria; Auditoria Baseada em Risco; Governança Pública; Gestão de Riscos. Da mesma forma, a participação de auditores em fórum de debates, a exemplo do Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, do Fórum Nacional de Controle promovido pelo TCU ou do Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições, ampliam a visão estratégica e internalizam boas práticas existentes em outros órgãos da Administração Pública.

Outras formações possuem particularidades específicas. No tocante à auditoria de TIC, há necessidade de capacitação em Auditoria de Tecnologia da Informação, ITIL, PMBOK, COBIT, assim como participação em conferências de apresentação de boas práticas e abordagem de temas relevantes para a estratégia de TIC do TST, como o Gartner IT Infrastructure, Operations and Cloud Strategies Conference; Gartner Data & Analytics Summit; e Gartner Symposium ITXPO.